

**CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
RENATA DE FRANCESCHI FELIPINI**

**CENTRO DE REFERÊNCIA EM ATENDIMENTO A MULHER EM
CASCAVEL – PR.**

CASCAVEL

2017

**CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
RENATA DE FRANCESCHI FELIPINI**

**CENTRO DE REFERÊNCIA EM ATENDIMENTO A MULHER EM
CASCAVEL – PR.**

Trabalho de Conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo, da FAG, apresentado na modalidade Projetual, como requisito parcial para a aprovação na disciplina: Trabalho de Curso: Qualificação.

Professor Orientador: Daniele Brum Souza

**CASCAVEL
2017**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
RENATA DE FRANCESCHI FELIPINI**

**CENTRO DE REFERÊNCIA EM ATENDIMENTO A MULHER EM
CASCAVEL – PR.**

Trabalho apresentado no Curso de Arquitetura e Urbanismo, do Centro Universitário Assis Gurgacz, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, sob a orientação do Professor Prof.^a Arq.^a e Urb.^a Esp. Daniele Brum de Souza.

BANCA EXAMINADORA

Professora Orientadora
Centro Universitário Assis Gurgacz
Prof.^a Arq.^a e Urb.^a Esp. Daniele Brum de Souza

Professora Avaliadora
Centro Universitário Assis Gurgacz
Prof.^a Arq.^a e Urb.^a Esp. Camila Pezzini

Cascavel/PR, 23 de maio de 2017

RESUMO

O assunto abordado por este trabalho se deu pela maneira como a arquitetura pode ser vista de uma maneira diferenciada como a arquitetura de cunho social. A arquitetura, a edificação, como forma de ajudar mulheres especificamente, a saírem de situações horríveis como as de relacionamentos abusivos e violentos. A obra como elemento que abriga mudanças não só na vida dessas mulheres, que terão melhor qualidade de vida, melhor autoestima, que vão recuperar sua cidadania e autonomia, tomar consciência de seus direitos, mas também como algo que proporcionará mudanças da sociedade como um todo. O trabalho discorre sucintamente sobre assuntos como violência no Brasil e no mundo, algumas das primeiras reivindicações legais que favorecem os direitos das mulheres, os variados serviços que fazem parte da Rede de Atendimento e mais especificamente as diretrizes e recomendações a serem seguidas para implantação de um Centro de Referência em Atendimento a Mulheres na cidade de Cascavel – Pr.

Palavras chave: Mulher. Violência. Arquitetura.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 – Correlato Shenzhen Luohu Friendship Trading Centre

Imagem 02 – Correlato Wooden Orchids

Imagem 03 – Correlato Miami Beach SoundScape Park

Imagem 04 – Primeiro pavimento do correlato Centro Médico de Primeiros Socorros de Ballarat

Imagem 05 – Segundo pavimento do correlato Centro Médico de Primeiros Socorros de Ballarat

Imagem 06 – Mapa do Estado do Paraná, delimitando o município de Cascavel

Imagem 07 – Vista do terreno e da rua Antonieta

Imagem 08 – Vista do terreno e da rua Pedro Ivo

Imagem 09 – Entorno

Organograma 1 – Organograma de setorização

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	01
2 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS NOS FUNDAMENTOS ARQUITETONICOS	03
2.1 NA HISTÓRIA E TEORIAS	03
2.2 NAS METODOLOGIAS DE PROJETOS	06
2.3 NO URBANISMO E PLANEJAMENTO URBANO	09
2.4 NA TECNOLOGIA DA CONSTRUÇÃO	10
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E SUPORTE TEÓRICO	11
3.1 CONVENÇÕES E INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS.....	12
3.1.1 Declaração e programa de ação de Viena	12
3.1.2 Convenção de Belém do Pará	12
3.1.3 Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher – CEDAW	13
3.2 REDE DE ATENDIMENTO	13
3.3 CENTRO DE REFERÊNCIA EM ATENDIMENTO À MULHER	14
3.4 ELEMENTOS CRÍTICOS PARA IMPLANTAÇÃO DE UM CENTRO DE REFERÊNCIA EM ATENDIMENTO À MULHER	15
4 CORRELATOS	17
4.1 SHENZHEN LUOHU FRIENDSHIP TRADING CENTRE	17
4.2 WOODEN ORCHIDS	18
4.3 MIAMI BEACH SOUNDSCAPE PARK	19
4.4 CENTRO MÉDICO DE PRIMEIROS SOCORROS DE BALLARAT	19
5 APLICAÇÃO NO TEMA DELIMITADO	21
5.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CIDADE	21
5.2 LOCAL DE IMPLANTAÇÃO	22
5.3 PARTIDO ARQUITETÔNICO	23

5.4 PROGRAMA DE NECESSIDADES	23
5.5 ORGANOGRAMA	24
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	28
APÊNDICES	33

1 INTRODUÇÃO

O assunto abordado neste trabalho é a arquitetura social. O tema, Centro de Referência em Atendimento à Mulher, em Cascavel – PR, visa o bem-estar e saúde das mulheres, e a partir do conceito interdisciplinar, atender e oferecer acompanhamento psicológico, social, jurídico, terapêutico e atividades socioeducativas.

O Centro de Referência pretende contribuir para a eliminação dos preceitos comportamentais, preconceitos e atitudes que na sociedade perpetuam a violência contra mulheres. Segundo Oliveira, Vieira e Souza (2011), pelos estudos feitos em um Centro de Referência da Mulher em João Pessoa – PB, o impacto da violência é altamente prejudicial à saúde das mulheres e como consequência, as procuras pelos serviços de saúde e apoio aumentam.

O problema da presente pesquisa consiste na indagação de como projetar uma edificação de apoio trará benefícios efetivos a vida das mulheres que frequentem o local. E a hipótese de resolução deste problema embasa-se nas atividades de apoio e atividades interdisciplinares oferecidas pelo Centro de Referência e se essas atividades irão melhorar a qualidade de vida e conscientização de mulheres que frequentarão a edificação.

O objetivo respalda-se em projetar um Centro de Referência em Atendimento à Mulher para fim de apoiar e reinserir mulheres na sociedade, discutir e apresentar a violência doméstica no Brasil, a partir do conceito interdisciplinar. E como objetivo específico analisar as necessidades básicas das mulheres, projetar um local adequado para atender suas necessidades, desenvolver áreas para palestras sobre conscientização e direitos femininos, projetar áreas de convivência para trocas de experiências, atrair público com o projeto de um restaurante e também com o projeto paisagístico.

Neste trabalho o marco teórico se baseia na análise de Oliveira, Vieira e Souza (2011), sobre o acompanhamento à um Centro de Referência:

O acompanhamento no Centro de Referência torna-se um apoio para as mulheres que buscam superar ou tentam romper com a relação de violência, visando aliviar a dor e sofrimento consequentes das agressões e humilhações, pois a violência fragiliza o contexto no qual às mulheres estão inseridas (OLIVEIRA, VIEIRA e SOUZA, 2011).

E sobre a ação de projetar, Carvalho (2004) cita:

[...] a implantação de um Estabelecimento Assistencial de Saúde é um processo que deve prever não somente o equacionamento correto de suas circulações mas a flexibilidade que fará o edifício enfrentar, sempre atualizado, as mudanças que a evolução da ciência de saúde impõe (CARVALHO, 2004).

Já o encaminhamento metodológico do trabalho será baseado em pesquisa bibliográfica, também em pesquisa de campo e documental. Ruiz (2002), explica que “A indução científica parte do fenômeno para chegar à lei geral. Observa, experimenta, descobre a relação causal entre dois fenômenos e generaliza esta relação em lei, para efeito de predições”. A validade da indução parte de fundamentos como o determinismo e os processos da natureza, a constância e a uniformidade.

Em sequência, neste trabalho, serão apresentadas as aproximações teóricas dos fundamentos arquitetônicos dos pilares de História e Teorias, as Metodologias de Projeto, no Urbanismo e Planejamento Urbano e nas Tecnologias da Construção. Também a Revisão Bibliográfica e Suporte Teórico, apresentação de correlatos e a Aplicação no Tema Delimitado.

2 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS NOS FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS

2.1 NA HISTÓRIA E TEORIAS

Ao considerarmos que a história do Brasil é relativamente nova, com apenas quatro séculos e meio de existência. Da transformação do ambiente silvestre em rural, os primeiros sinais de cidades e urbanização, chegando até as mudanças causadas pela revolução industrial, em síntese, tudo ocorreu de forma bastante rápida. As mudanças históricas e da sociedade ecoaram, conseqüentemente, nas mudanças nos sistemas e técnicas construtivas. A arquitetura no Brasil incitava mudanças causadas pela cultura e o meio em que era inserida, isso influenciou para que ela tomasse rumos mais fluidos e para que fosse menos submissa a tradição que pedia formalidade, e o resultado foi uma mudança totalmente inesperada vista até hoje (MINDLIN, 2000, p. 23). Bruand (2005, p. 11-2), complementa citando que a arquitetura brasileira, sempre respaldada por grandes intelectuais, foi motivada pelo relevo, clima e a vegetação aqui existente.

Mindlin (2000, p. 23-4) explica que vilas se tornaram cidades, em sua maioria construídas a maneira portuguesa, em menos de um século. Com os conceituados azulejos portugueses em azul e branco, e a forma construtiva em blocos de pedra, pois os colonizadores não costumavam edificar utilizando a madeira. Porém a arquitetura tornou-se caracteristicamente brasileira pela primeira vez nas construções religiosas devido a rápida compreensão dos cânones herdados, da riqueza de detalhes encontrados na madeira entalhada, também nos detalhes em ouro e prata e esculturas que se agregavam a arquitetura.

Ao início do século XIX a arquitetura popular dava lugar a construções mais elaboradas com traços de um estilo inflexível, firme e despojado que era capaz de expressar a estrutura social rígida e opressiva, apoiada na exploração de escravos negros e indígenas, a superioridade do homem e segregação da mulher (MINDLIN, 2000, p. 24). Segundo Lemos (1993, p. 99), a casa colonial brasileira tinha como característica uma zona íntima que apenas a família poderia ter acesso, quando a casa recebia hóspedes ou visitas as mulheres se retiravam e apenas observavam atrás das portas. Nos dando assim a indicação de duas zonas, a de recepção e a de segregação, isso acontecia também em casa no perímetro urbano.

De acordo com Mindlin (2000, p. 25), no Brasil a arquitetura de edifícios públicos e os de uso de classes favorecidas, acabou se desenvolvendo de acordo com seu próprio caráter que imitava as mais variadas tendências. Quando o *Art Nouveau* foi apresentado a algumas cidades brasileiras no início do século XIX, considerado um protesto arquitetônico, levou a arquitetura

brasileira retomar a tradição construtiva e próxima a sua realidade climática, seguindo as necessidades populares e materiais aqui encontrados. Tal tradição, levando em conta os princípios de Le Corbusier, deu início ao movimento da arquitetura moderna no Brasil. Este que atingiu singularidade rapidamente, e que se mostrou único diante de movimentos internacionais. Cavalcanti (2001, p. 9), cita que a relevância e interpretação do movimento moderno brasileiro foi intensa a ponto de repercutir no hemisfério norte, influenciando no estilo internacional do pós-guerra. E que mesmo que a produção arquitetônica brasileira tenha tido relevância, poucas obras e suas condições são conhecidas.

[...] o estilo chegou entre nós graças à migração, visita de europeus, retorno de brasileiros que estudaram na Europa e, principalmente, entusiasmo pelo novo estilo por parte das gerações mais jovens de arquitetos. Algumas enormes diferenças assinalam, contudo, o nosso modernismo: a boa condição econômica do Brasil, o desejo de o governo buscar uma nova face para a capital federal e uma brilhante geração de intelectuais e arquitetos, com penetração nas brechas do aparelho cultural do estado, que transformam o estilo em uma nova linguagem, inconfundivelmente brasileira e universal (CAVALCANTI, 2001, p. 13).

Em resumo, Mindlin (2000, p. 23-4), explica que a arquitetura moderna no Brasil se desenvolveu através de alguns jovens arquitetos que entre 1930 e 1940 transformaram a arquitetura internacional em brasileira. A arquitetura modernista havia encontrado sua expressão artística no Brasil, que acabou se dando conta de que sua arquitetura se tornou uma grande contribuição para o mundo contemporâneo. Para Cavalcanti (2001, p. 24), uma importante característica de arquitetura moderna brasileira foi o domínio sobre o uso do concreto armado, como exemplo os edifícios de Niemeyer e Reidy, que após solucionarem a estrutura, o edifício estava pronto.

Bruand (2005, p. 119) fala sobre um aspecto importante da arquitetura brasileira contemporânea, que não poderia ter surgido desta forma em nenhum outro lugar do mundo, é a combinação entre a arquitetura “moderna” e a colonial implantada por portugueses, resultando na originalidade encontrada aqui. Gideon (2000, p. 17), completa citando que “a arquitetura contemporânea deitou raízes no solo tropical [...] e jamais perdeu contato com seu passado regional”.

O lugar que o Brasil ocupa hoje na arquitetura contemporânea deve-se “ao espírito inventivo e à grande liberdade de concepção” dos arquitetos da época, como Niemeyer,

considerado grandiosamente representativo no contexto do campo estético (BRUAND, 2005, p. 151). Segundo Gideon (2000, p. 17), o Brasil já possuía a tradição de projetar suas fachadas sob influência do clima tropical, mas os arquitetos contemporâneos acrescentaram algumas técnicas a maneira de projetar como painéis vazados, cobogós, *brise-soleil* e os tradicionais azulejos aplicados de maneira inovadora.

Para Colin (2000, p. 27), é necessário que no edifício se preze a função prática muito mais que qualquer outra. É preciso que o edifício tenha valor e importância para a sociedade, que tenha uma função a cumprir ao ser implantado no meio urbano. E essa importância, conseqüentemente influenciará na definição de sua forma. Niemeyer em seu livro *A Forma na Arquitetura* (2005, p. 54), diz que quando a forma de um edifício exibe beleza, ela já tem uma função importantíssima na arquitetura. Mas para Netto (2002, p. 30;3), “O confronto entre ambos e a passagem de um Espaço Interior para um Espaço Exterior constitui realmente a noção e operação de manipulação do Espaço mais importante para o homem” e que eles se complementam, um não poderia existir sem o outro. Corbusier (2002, p. 123), concorda com Netto ao citar que “A planta procede de dentro para fora; e o exterior é o resultado de um interior”.

Para Benevolo (1991, p. 83) e Colin (2000, p. 25) a arquitetura, as esculturas e pinturas, são consideradas parte das belas-artes. Benevolo (1991, p. 83-4), ainda complementa explicando que a arquitetura não se considera uma arte como as outras, mas é reconhecida influentemente na cultura tecnológica. Colin (2000, p. 25), cita que para um edifício ser considerado arte, precisa, além das necessidades técnicas mínimas exigidas, atingir nossa atenção para contemplar e permitir que a nossa sensibilidade seja tocada, que a leveza, solidez e texturas sejam sentidas e as formas, luzes e sombras, sejam vistas. Le Cobusier (2002, p. 13) descreve “Nossos olhos são feitos para ver formas sob a luz; as sombras e os claros revelam as formas”.

[...] quando se fala da arquitetura a expressão ‘discurso estético’ é ainda mais cabível do que nas outras artes uma vez que esse discurso é muito mais rígido, formal e racional do que a pintura, escultura, etc. As normas de como fazer arquitetura e, especialmente, de como fazer o belo em arquitetura, perfazem um código rígido ou, no máximo, vários códigos rígidos que se manifestam totalmente formalizados desde as descrições de Vitruvius até os dias de hoje, passando por todos os variados momentos e escolas (NETTO, 2002, p. 131).

A arquitetura é capaz de irradiar um amplo espectro de emoções que fazem parte da nossa vida diária. Sentimento de confiança no futuro, receio pelas mudanças estruturais que ocorrem, desejo de poder e diversas outras fantasias. Todas essas emoções compõem o que é chamado de conteúdo psicológico da arquitetura (COLIN, 2000, p. 103). Para Corbusier (2002, p. 149), a emoção poética da vida a arquitetura, e que a plástica é o que observamos e delimitamos com os olhos. Niemeyer (2005, p. 16), complementa dizendo que a evolução da plástica na arquitetura se dá pelas novas tecnologias e materiais com aspectos inovadores. Em seu livro *Arquitetura Contemporânea no Brasil*, Bruand (2005, p. 152) fala que a plástica não é apenas fruto da imaginação, mas sim uma consequência do programa e técnicas disponíveis.

As atividades desenvolvidas pelo ser humano necessitam de uma edificação que tenha sido pensada e projetada para elas. O edifício se apresenta para paisagem, não sendo definido pela atividade que abriga e sim, apenas, por sua existência. Mas tem a função de representar essa atividade na sociedade. Também tem a função de ser especialmente dimensionado e implantado em local que atenda todas as especificações de tal atividade (COLIN, 2000, p. 40-1).

2.2 NAS METODOLOGIAS DE PROJETOS

Ching (1998, p. 96), apresenta o edifício como parte da paisagem urbana e que devemos nos preocupar não apenas com a sua estética, mas também com o impacto que ele causará ao seu entorno, pois ele participará da estrutura do entorno e representará papel de paisagem para outros edifícios, definindo o espaço urbano.

Segundo Arnheim (2011, p. 4), a existência de um edifício resulta em indicar-lhe um espaço, uma localização, uma orientação, escala e dimensão, iluminação e distância. Ching e Juroszek (2001, p. 82), explica que quando a forma do edifício interage com o meio em que está inserida, a conexão entre cheios e vazios surgem e o edifício torna-se paisagem para outros edifícios, caso contrário, permanece como um objeto que não pertence aquele espaço. Para Rocha (2012, p. 205), possuir uma arquitetura visível, dotada de um traço curioso, característico, que chama a atenção pela beleza e pelo mistério, chamando a atenção e contribuindo, marcando presença no interesse popular como uma coleção de obras de arte.

De acordo com Ching (1998, p. 166), as boas características de um espaço arquitetônico, citadas por Arnheim (2011, p. 4) como pré-requisitos para existência de um edifício, são

consequência dos efeitos “condicionados pela cultura, por experiências anteriores, interesse ou inclinação pessoal”.

Para Rocha (2012, p. 208), a maneira como vivemos, os conhecimentos que absorvemos, e dentre eles o conhecimento sobre nós mesmos, são diretamente aplicados a ações políticas e a obtenção de espaços considerados necessários para a sobrevivência do homem no meio urbano. O autor ainda discorre sobre uma potencial mudança na sociedade:

Se nós conseguíssemos de fato uma solidariedade universal para extirpar o estigma da fome, para estabelecer os contatos e intercâmbios na linha de conhecimento, algumas questões seriam resolvidas e poderíamos entrar em uma nova era. Se acompanharmos os movimentos libertários, os movimentos pela defesa da natureza e, ao mesmo tempo, constataremos os terríveis erros cometidos nos desastres recentes, imaginarmos uma sociedade inteligente que troca ideias, o fortalecimento de associações internacionais, o poder da comunicação e suas virtudes e vantagens, imaginarmos nossa própria energia, nossa capacidade de nos indignarmos contra a miséria, estaremos no limiar de uma nova era (ROCHA, 2012, p. 214).

Waterman (2010, p. 8), explica a notável diferença que arquitetos paisagistas têm demonstrado diante da construção social e do planejamento urbano. Ajudando a resolver alguns dos maiores problemas atuais como as alterações climáticas, revitalizando as áreas urbanas, dissolvendo problemas ambientais, projetando áreas públicas de lazer e esporte e etc. Farah, Mônica e Tardin (2010, p. 217), explicam que as áreas verdes em um meio urbano, naturais ou feitas por paisagistas, eram consideradas artigos de excentricidade dispensáveis, mas hoje são caracterizados por agregar valor cultural, bem-estar, alimentar o turismo e recuperar espaços urbanos por completo. Sem falar no benefício mais importante que amenizar o clima urbano, armazenando carbono, absorvendo e ajudando o escoamento de água da chuva com segurança. Hertz (1998, p. 46-7) complementa citando que a natureza regula a temperatura, tem poder de reter a poeira e de limpar o ar. “Os elementos da paisagem podem mudar o movimento do ar e sua velocidade, melhorando ou piorando as condições de conforto”, porém, quanto mais natureza existe, mais fresco e confortável é o ar. Para que o conforto térmico seja o desejado, é preciso mais do que apenas rodear a edificação com plantas aleatórias, é preciso um projeto de paisagismo.

A qualidade de vida das sociedades futuras, dentro e ao redor das edificações, depende, em grande parte, da qualidade das decisões que tomamos sobre a localização e a tecnologia

da construção, a forma e a elaboração do ambiente construído e os estilos de vida que adotamos neles (ROAF, 2009, p. 84).

De acordo com Corbella e Yannas (2003, p. 17;37), a arquitetura sustentável é uma evolução da bioclimática, e consiste em projetar edifícios que proporcionem qualidade de vida e conforto térmico, aliado ao menor consumo de energia para futuramente as novas gerações receberem um planeta menos poluído. Vidal, Pimenta e Sant'anna (2005, p. 49) explicam que a sustentabilidade discursada junto a arquitetura tem como principal referencia o respeito pelo meio ambiente, preservar o planeta e seus recursos naturais são princípios que devem ser levados em consideração para as gerações futuras.

Neufert e Neff (1999, p. 114), nos explica que a qualidade de uma edificação pode ser definida por sua orientação no terreno em relação ao sol. As estações em que mais desejamos ter incidência solar são no outono e inverno, e também é confortável receber o sol da manhã em qualquer estação. Geralmente não é considerado confortável o sol do meio-dia e nem a tarde entre os meses de junho e agosto. Além da disposição da edificação no terreno, é possível amenizar esses aspectos desconfortáveis com o uso de algumas técnicas construtivas. Roaf (2009, p. 130) discorre sobre a importância do conforto térmico no projeto arquitetônico em três fundamentos. O primeiro é para a satisfação do usuário, a segunda é a qualidade de energia que as pessoas buscam em seus ambientes e a terceira é que se o usuário não dispor de um bom planejamento de recursos naturais que possam prover conforto, irão recorrer ao uso de energia. Mas para Vidal, Pimenta e Sant'anna (2005, p. 52), o cidadão de bom senso não se opõe ao planejamento sustentável, basta que possua acesso à tecnologia e ao conhecimento que sustenta essas orientações sustentáveis. Roaf (2009, p. 78), complementa citando que qualquer edificação pode ser melhorada e planejada com preceitos de conforto térmico.

Hertz (1998, p. 65;74) recomenda que em lugares com clima elevado é necessário que em fase de projeto sejam previstas paredes que isolem o calor externo. A iluminação natural produz luz mais confortável ao olho do homem Corbella e Yannas (2003, p. 48), concordam e acrescentam que a quantidade de iluminação natural será uma consequência da dimensão das aberturas, dos elementos construtivos que controlam o sol e também das cores dos ambientes. Hertz (1998, p. 80) também fala sobre a ventilação e explica que a falta da mesma nas áreas urbanas provoca doenças e desconforto geral na população.

Para Ching (1998, p. 320), os programas de necessidade das edificações possuem suas complexidades e exigências particulares. Qualquer projeto deve levar em conta as atividades

que irá abrigar, as pessoas a que vão usufruir da edificação e o contexto em que se inserem. Nesta fase é que os conceitos de ordem são debatidos.

2.3 NO URBANISMO E PLANEJAMENTO URBANO

Para Le Corbusier (2000a, p. 1) a arquitetura, após toda evolução, termina resultando em um sistema do espírito. O urbanismo é um dos pilares de uma nova arquitetura e menos extravagante, é esperado que seja desencadeadora. Reis Filho (2004, p. 15) cita que a arquitetura de cada época é produzida e utilizada de maneiras diferentes, e assim, conseqüentemente relaciona-se com a estrutura urbana onde está inserida de formas diferentes.

Souza (2004, p. 73;75) explica que pela visão da ciência social, planejamento e gestão urbanos são esquemas de desenvolvimento baseados em pesquisas feitas com a sociedade, tanto teórica quanto empírica. Este desenvolvimento se deixa definir, basicamente, pelo aumento de qualidade de vida e aumento na justiça social. Mas para Choay (2003, p. 18), o urbanismo também faz parte dos trabalhos do arquiteto, excluindo-se de uma visão geral da sociedade, pois é considerado despolitizado.

A arquitetura e o urbanismo, que são os meios pelos quais os homens fornecem à própria vida sua moldura útil, exprimem, exatamente, os valores materiais e morais de uma sociedade [...] O termo 'biologia' eminentemente à arquitetura e ao urbanismo: biologia, qualidades de uma arquitetura e um urbanismo vivos (CORBUSIER, 2000b, p. 49).

Segundo Del Rio (1990, p. 52), o desenho urbano participa especificamente do urbanismo. Ele deve se manifestar na cidade de maneira interdisciplinar, sempre se preocupando com seus processos sociais e organizações ambientais. Para Corbusier (2000b, p. 50), a unidade entre a natureza e o homem, transmite vida as obras. Quando a regra é reconhecida, a sociedade é renovada por ciclos como as civilizações. Souza (2004, p. 76-7) trata a autonomia como subordinador da qualidade de vida e da justiça social, ao mesmo tempo em que se entende o desenvolvimento urbano tem como objetivos fundamentais a qualidade de vida e a justiça social. Ambas são consideradas elementos abstratos e necessitam ser tratadas como elementos subordinados gerais, complementados pelos elementos privados. Elementos subordinados privados relacionam-se aos parâmetros de qualidade de vida referentes a saúde, a educação e

etc., e necessitam apenas aplicações no meio para serem considerados elementos do desenvolvimento urbano.

De acordo com Del Rio (1990, p. 57) o planejamento e desenho urbano, precisam andar juntos desde a concepção dos objetivos até a execução de estratégias e especificações. A preocupação pela qualidade do espaço físico ambiental deve nortear os trabalhos no setor público e, ao mesmo tempo, ser produto de esforços. Para o autor, em relação ao planejamento urbano, precisa-se:

O planejamento deve ser entendido como uma atividade meio permanente, um processo indispensável a tomada de decisões. A partir de decisões políticas a nível dos objetivos sociais e econômicos a serem alcançados, é através do planejamento que estabelecemos os melhores meios e ações para atingir estes objetivos. [...] suas atividades-fim seriam seus programas e projetos, com impacto direto no cotidiano das populações (DEL RIO, 1990, p. 58).

Quando planejados racionalmente, existe uma boa relação entre a arquitetura e o lote urbano. Isto é, ao observarmos a arquitetura retida a um estágio tecnológico e por algumas solicitações socioculturais e econômicas, e ao mesmo tempo, analisarmos o traçado urbano retido por outros fatores, concluímos que temos que gerar relações e configurações que atendam as duas ordens de solicitações. Assim, se explica, rapidamente, as relações entre espaços públicos e particulares (REIS FILHO, 2004, p. 17). Corbusier (2000b, p. 99) cita a área de domínio entre a arquitetura e o urbanismo, é a imagem de uma sociedade. Descreve as edificações como documentos reveladores. E para Reis Filho (2004, p. 110), a arquitetura brasileira já é capaz de acompanhar as mais avançadas soluções urbanísticas.

2.4 NA TECNOLOGIA DA CONSTRUÇÃO

Segundo Ching e Adams (2001, p. 7), durante o início do processo de projeto de uma edificação, é necessário que sejam analisadas as forças naturais como o clima, a orientação solar, a orientação de ventos predominantes, a topografia e a vegetação existentes no local de implantação. Todas essas análises são utilizadas para definir a possível forma da edificação, sua orientação no terreno e na forma em que o layout do interior seja disposto. Lamberts, Roberto e Dutra (2004, p. 52;54) complementam apontando que a forma da edificação pode influenciar

no conforto térmico e no consumo de energia, pois tem poder direto sobre os fluxos de ar e sobre a incidência de luz e calor no ambiente. E relembram os vértices do triângulo de Vitruvius, onde a forma e a eficiência energética de um edifício interagem com a sua função.

Topografia, de acordo com Borges (1977, p. 1), é a ciência com a finalidade de representar pelo desenho um terreno. Permite que seja representado em planta os limites territoriais e os detalhes de construções que possivelmente se encontram interior do lote. Também permite que sejam representadas em planta as curvas de nível e o relevo do solo. Para Ching e Adams (2001, p. 8), a topografia de um terreno deve ser levada em conta na escolha do tipo de fundação, e pode afetar a drenagem, a forma e a relação estabelecida entre o plano do solo e a edificação.

Outros aspectos devem ser levados em consideração segundo Ching e Adams (2001, 7-8) no momento de projetar, o sol, por exemplo, apresenta luz natural e calor para edificação e o vento, sua velocidade e direção, pode afetar oferecendo potencial perda de calor, pode adicionar cargas laterais sobre a estrutura, mas também oferece ventilação aos ambientes internos e externos. Para Frota e Schiffer (2003, p. 53), a arquitetura deve prover espaços que resultem em ambientes com o mínimo de conforto, amenizando sensações de desconforto causadas por climas com excessivo calor, frio ou vento.

Ching e Adams (2001, p. 16;18), Frota e Schiffer (2003, p. 124;130) discorrem sobre os benefícios que a boa orientação e forma da edificação proporcionam. Sobre a iluminação natural e ventilação, onde normalmente se recebe maior incidência se a dimensão da janela for ampla. São importantes considerações a serem feitas em uma edificação em qualquer região. Como complemento, Kroemer e Grandjean (2005, p. 303), explicam que a iluminação natural das janelas também propõe conexão com o espaço exterior, da visão do entorno, indica a hora e as condições climáticas. E que quanto mais utilizada e melhor distribuída, diminui a utilidade da iluminação artificial.

Frota e Schiffer (2003, p. 74) concordam que em regiões com ambos os climas, quente e frio, as alternativas que possibilitam a ventilação cruzada e intensa e também a possibilidade de todas essas aberturas serem fechadas devem ser previstas em projeto. Tal como o entorno das edificações, que também devem possuir soluções para essas características climáticas.

Além de ser atrativos plasticamente, os espaços interiores fluidos permitem a circulação do ar entre os ambientes internos e entre os ambientes e o exterior. Muitos dispositivos podem ser usados para permitir esse tipo de recurso, mantendo contudo a privacidade visual do interior (venezianas, elementos vazados etc.). Em locais com invernos mais

frios, estes dispositivos devem poder ser fechados para evitar infiltrações indesejáveis (LAMBERTS, DUTRA e PEREIRA, 2004, p. 152).

Iida (2003, p. 1-2), fala sobre a ergonomia e que ela engloba diversos elementos que abrangem as atividades desenvolvidas pelo homem. Seus objetivos principais são prover segurança, satisfação e bem-estar para melhorar o relacionamento do homem com o seu trabalho e consequentemente a eficiência se fará notar.

A forma e o espaço na arquitetura decorrem da estrutura, por essa função, torna-se meio indispensável para moldar o meio material do homem. Quem a projeta apresenta maneiras criativas de incorpora-la a forma do projeto de arquitetura, necessitando unir forma, força e materiais. Ela pode estar escondida ou a vista ou pode ser a protagonista principal de uma obra (ENGEL, 2001, p. 19). Ching e Adams (2001, p. 54) a combinação de elementos verticais e horizontais, resulta em um sistema construtivo composto. E estes permitem uma edificação com um programa mais flexível em consequência dos requisitos pragmáticos de seu espaço e contexto urbano.

Os elementos estruturais portantes devem resistir aos impactos e transpassa-los a outros através de ligações que os unificam e os conduzem ao solo (DIAS, 1997, p. 13). Segundo Ching e Adams (2001, p. 58) a subestrutura se refere a parte da fundação de uma edificação, que transmite suas forças para o solo. E Dias (1997, p. 35), complementa citando que:

As estruturas como um todo e os seus subsistemas devem possuir ligações ou esquemas de travamento adequados para garantir a não-hipostaticidade das barras e do conjunto. As barras precisam ter seção, vínculos e comprimentos adequados, para evitar problemas de flambagem (DIAS, 1997, p. 35).

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E SUPORTE TEÓRICO:

De acordo com o Ministério da Saúde, Ministério da Justiça e a Secretaria de Políticas para as Mulheres – PR (2015, p. 8) a violência contra as mulheres é considerada uma ocorrência global que atinge cidadãs de todas as classes sociais, raças, etnias e orientações sexuais, estabelecendo uma das principais formas de transgressão aos direitos humanos, que descumpre os direitos a integridade física, saúde e a vida da mulher. A conexão e reunião dos serviços e atendimentos que impedem a revitimização¹ destas mulheres e, além da disponibilização um atendimento humanizado e integral, são consideradas grandes dificuldades no enfrentamento da violência.

Para Côrtes, Luciano e Dias (2011, p. 4), as diferenças de gênero existentes nas estruturas sociais ainda hoje, estabelecem resistência para construção qualificada e implantação de serviços de atendimento, enfrentamento e saúde. Desafio relacionado a violência e ao descumprimento de leis como a Lei Maria da Penha, n. 11.340.

A criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) representou um importante marco para a constituição de uma rede de atendimento às mulheres em situação de violência, na medida em que foram garantidos recursos para a criação de serviços e para a implementação de políticas públicas integradas de enfrentamento à violência contra as mulheres [...] uma inovação importante é o incentivo à formação de redes compostas por todos os serviços que atendem à mulher em situação de violência, de modo a oferecer-lhe um atendimento integral e, em 2007, o lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres consolida a necessidade de uma rede articulada de atendimento à mulher. A atuação governamental, portanto, deixa de constituir apenas o apoio a serviços emergenciais e a campanhas isoladas, avançando para uma atuação mais ampla que contempla – além do apoio a serviços especializados – as seguintes ações: a capacitação de agentes públicos para prevenção e atendimento; a criação de normas e padrões de atendimento; o aperfeiçoamento da legislação; o incentivo à constituição de redes de serviços; o apoio a projetos educativos e culturais de prevenção à violência; e a ampliação do acesso das mulheres à justiça e aos serviços de Segurança Pública (Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011, p. 9-10).

¹ Revitimização: [...] no atendimento às mulheres em situação de violência, por vezes, tem sido associada à repetição do relato de violência para profissionais em diferentes contextos o que pode gerar um processo de traumatização secundária na medida em que, a cada relato, a vivência da violência é reeditada. Além da revitimização decorrente do excesso de depoimentos, revitimizar também pode estar associado a atitudes e comportamentos, tais como: paternalizar; infantilizar; culpabilizar; generalizar histórias individuais; reforçar a vitimização; envolver-se em excesso; distanciar-se em excesso; não respeitar o tempo da mulher; transmitir falsas expectativas. A prevenção da revitimização requer o atendimento humanizado e integral, no qual a fala da mulher é valorizada e respeitada (SECRETARIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, 2015, p. 22).

3.1 CONVENÇÕES E INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS

Inicialmente, segundo a Norma Técnica de Uniformização da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (2006, p. 7), podemos destacar algumas Convenções e Instrumentos Internacionais que outorgam direitos as mulheres e conferem deveres ao Estado:

3.1.1 Declaração e programa de ação de Viena

Aprovada em junho de 1993, foi o primeiro instrumento internacional que demonstrou profunda preocupação com as diversas formas de discriminação e violência que mulheres são expostas por todo mundo. O artigo 18 de sua primeira parte cita que os direitos humanos de mulheres e meninas fazem parte integral dos direitos humanos universais. Que são objetivos prioritários internacionais a garantia plena de “[...] mulheres, em condições de igualdade, na vida política, civil, econômica, social e cultural nos níveis nacional, regional e internacional e a erradicação de todas as formas de discriminação, com base no sexo [...]”. Ainda discorre sobre a violência e as formas de abuso, alegando que são atos contrários a dignidade e valor da humanidade e devem ser erradicados por medidas legislativas e cooperação internacional nas áreas de desenvolvimento (CONFERÊNCIA DE DIREITOS HUMANOS, 1993, p. 3;7;18).

3.1.2 Convenção de Belém do Pará

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, também conhecida como Convenção de Belém do Pará, aconteceu em 9 de junho de 1994. Seus primeiros artigos reconhecem a violência contra a mulher como qualquer ação apoiada no gênero cause algum dano, sofrimento físico, psicológico e até a morte, em local público ou privado. Reconhecem também o direito que toda mulher tem de ser livre de violência, direito a informação sobre seus direitos civis, políticos, sociais e culturais, contando com proteção, visto que os Estados Parte caracterizam que a violência impede que esses direitos sejam exercidos (CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ, 1994).

3.1.3 Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher – CEDAW

O CEDAW é um documento internacional que enumera os direitos de todas as mulheres e meninas (UNICEF, 2011, p. 4). Segundo Pimentel (2013, p. 14;19) está em vigor desde 1981, apresenta duas propostas como principais: divulgar os direitos da mulher em busca da igualdade de gênero; e condenar qualquer discriminação contra a mulher nos Estados que participam da convenção. Se assemelha a Convenção de Belém do Pará, pois considera a obrigatoriedade dos Estados Parte de prover direitos.

Relembrando que a discriminação contra a mulher viola os princípios da igualdade de direitos e do respeito da dignidade humana, dificulta a participação da mulher, nas mesmas condições que o homem, na vida política, social, econômica e cultural de seu país, constitui um obstáculo ao aumento do bem-estar da sociedade e da família e dificulta o pleno desenvolvimento das potencialidades da mulher para prestar serviço a seu país e à humanidade (CEDAW, 1979, p. 19).

3.2 REDE DE ATENDIMENTO

Côrtes, Luciano e Dias (2011, p. 4), informam que apenas entre os anos 1980 e 1990 o governo instaurou políticas públicas e enfrentamento a violência contra mulheres, fato motivado pela pressão de movimentos feministas. Órgãos especializados em atendimento foram implantados em algumas regiões do país, são eles os Programas de Atenção às Mulheres Vítimas de Violência Sexual em Maternidades, as Delegacias Especiais em Atendimento às Mulheres (DEAMs), as Casas-Abrigo e os Centros de Referência da Mulher.

No entanto, em um dos documentos produzidos pela Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e a Secretaria de Políticas para as Mulheres (2011, p. 9), explica-se que a infraestrutura de atendimento a mulheres em condições de violência era ainda insuficiente, seja pelos serviços oferecidos e também pela má organização entre os serviços, para que se instituísse, de fato, uma rede.

A rede de atendimento se refere a junção de ações e serviços de variados setores como a assistência social, assistência jurídica, segurança pública e saúde, visando ampliar e melhorar a qualidade de atendimento e encaminhamento, visando torna-lo mais humanizado e integral. Sendo marcada, portanto, pela interdisciplinaridade de serviços e instituições, diversidade compreendida como parte fundamental para entender a complexidade da violência contra as

mulheres (Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011, p. 14;16).

O Ministério da Saúde, Ministério da Justiça e a Secretaria de Políticas para as Mulheres (2015, p. 13), desde a normatização do atendimento, vem melhorando as diretrizes e contando com parcerias como das Secretarias de Saúde federais, de movimentos sociais e sociedades científicas. A partir do esforço destas colaborações, foram desenvolvidas normas técnicas e protocolos clínicos sobre atendimento, acolhimento e notificações de violência. Assim, se torna possível atender variados tipos de violência especificamente. A Portaria nº 003 (2005, p. 3) cita que “O enfrentamento à violência contra a mulher exige o envolvimento de toda a sociedade. Isto significa trabalhar articuladamente, tecendo uma Rede de Atendimento”.

3.3 CENTRO DE REFERÊNCIA EM ATENDIMENTO À MULHER

Segundo a Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e Secretaria de Políticas para as Mulheres (2011, p.14) e a Portaria Nº 003 (2005, p. 4) os Centros de Referência têm o intuito de acolher e oferecer atendimentos variados, incluindo orientação jurídica sobre a situação de violência e os direitos da mulher. Com objetivo de ajudar na superação de traumas causados pela violência, auxiliando a mulher em um processo de fortalecimento e recuperação de sua cidadania. Voltando suas ações ao enfrentamento da violência, pautando-se nas relações de gênero “enquanto construção histórico-cultural da socialização de mulheres e homens, dos papéis femininos e masculinos, que tem legitimado as desigualdades e a violência contra as mulheres” (PORTARIA Nº 003, 2005, p. 5) e todas as formas de violência contra mulheres, sendo algumas delas domésticas, sexuais, o tráfico humano, o assédio sexual e moral, etc. É importante que o Centro de Referência exerça papel integrador e organizador dos serviços que fazem parte da Rede de Atendimento, governamentais e não governamentais, para que o acesso pelas mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade social seja natural e continuo se necessário.

A edificação tem como objetivo geral oferecer ambiente acolhedor e acompanhamento social, jurídico, psicológico e terapêutico para mulheres que se encontram em alguma situação de violência, para que as mesmas redescubram e fortifiquem sua autoestima e assumam o papel principal de suas vidas, entendam seus direitos e aumentem seus conhecimentos acerca das relações de gênero (SPM, 2010, p. 9).

Oliveira, Vieira e Souza (2011, p. 9) citam que o acompanhamento oferecido pelo Centro de Referência apoia mulheres que procuram romper ou superar a violência sofrida e amenizar dores e traumas consequentes de humilhações e agressões, pois se torna frágil o contexto em que estas mulheres estão inseridas. O papel do Centro de Referência se apresenta como apoio emocional, lugar de informação, esclarecimento sobre direitos e acolhimento.

De acordo com Silveira (2005, p. 62), por oferecer atendimento interdisciplinar de forma integral, além de efetuar os encaminhamentos e orientações necessárias, o Centro de Referência funciona como uma central de ‘escuta’ da violência contra a mulher. “O trabalho desenvolvido pelo centro de referência tem um caráter processual, ou seja, de intervir no ‘ciclo da violência’, em que estão aprisionadas grande parte das mulheres nesta situação”.

A procura por esses serviços especializados ocorreu em um momento onde a violência de gênero já afetava e comprometia a saúde das mulheres, que sofriam com problemas psicológicos, emocionais e físicos (OLIVEIRA, VIEIRA e SOUZA, 2011, p. 7). Silveira (2005, p. 64), cita que a demanda de mulheres que buscam estes serviços é bem específica. Caracterizada muitas vezes pela recusa de atendimento policial e também pela incerteza de como terminar uma relação violenta. Por isso, os Centros de Referência precisam oferecer alternativas para resolução de algumas situações.

3.4 ELEMENTOS CRÍTICOS PARA IMPLANTAÇÃO DE UM CENTRO DE REFERÊNCIA EM ATENDIMENTO À MULHER

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (2006, p. 16) cita como principal objetivo acabar com a situação de violência sofrida pela mulher que busca atendimento, sem desrespeitar sua determinação, mas fortalecendo sua autoestima, fazendo com que tome decisões de maneira coerente “[...] o foco da intervenção do Centro de Referência deve ser o de prevenir futuros atos de agressão e de promover a interrupção do ciclo de violência”.

Segundo a Portaria n 003 (2005, p. 5), os objetivos específicos dos Centros de Referência são: oferecer atendimento às mulheres em situação de violência, as orientando sobre variados serviços oferecidos especificamente para apoiar cada caso; providenciar atendimento único e contínuo às mulheres em situação de violência, até se tornarem independentes dos serviços oferecidos; prover meios que ajudem a inserção da mulher no mercado de trabalho; prover meios de acesso aos Programas de Capacitação para o trabalho para mulher; garantir

assistência para mulher nas condições de acesso aos Programas de Educação; Oferecer meios para apoio jurídico necessário para cada caso específico; Informar e orientar por atendimento telefônico as mulheres.

A violência viola os direitos humanos das mulheres, e se expressa de variadas formas na sociedade. Doméstica, sexual, tráfico humano, psicológica, dentre outras, se apoiam nas desigualdades sociais, por falha da sociedade. Por ser um fato complexo, exige uma abordagem multidisciplinar e que integre todos os setores (Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011, p. 16).

4 CORRELATOS

No início da criação é necessário que sejam feitas pesquisas e análises de edificações semelhantes ou não, para que fomentem e organizem as ideias sobre forma e função de uma edificação, conceito e a sensação que se deseja que a obra transmita para a cliente. No caso do Centro de Referência, além de ser necessária a função e setorização, busca-se que a edificação convide a mulher a entrar, a se sentir confortável dentro do ambiente. Pois ambientes frios e ríspidos, não farão com que a mulher se sinta confortável com o atendimento.

4.1 SHENZHEN LUOHU FRIENDSHIP TRADING CENTRE

De acordo com o site do escritório de arquitetura Aedas (2017), o centro comercial com área de 130.000 m² e data de conclusão prevista para 2020, é o novo projeto de uma loja de departamentos localizada na cidade de Luohu em Shenzhen, China (Imagem 01). O design orgânico e sustentável é inspirado no movimentado da cidade. A forma é inspirada em um copo de leite, a parede de cortina e a cobertura translúcida podem ser associadas as pétalas, além de proporcionar iluminação e ventilação natural. A edificação ainda se relaciona muito bem com os espaços verdes distribuídos nas lajes, criando terraços jardim.

Imagem 01 – Correlato Shenzhen Luohu Friendship Trading Centre



Fonte: Aedas.

A escolha desde centro comercial como correlato formal se dá pelas formas orgânicas inspiradas em uma flor, pela maneira como a edificação parece convidar as pessoas a entrar, pelas cores utilizadas nas cortinas em vidro, a utilização de um fechamento na cobertura que permite a iluminação e ventilação natural, que contribui sustentavelmente com o ambiente.

4.2 WOODEN ORCHIDS

De acordo com o Giermann (2015), o escritório Vincent Callebaut Architectures recebeu uma menção honrosa por sua proposta intitulada "Wooden Orchids" (Imagem 02) para a Mount Lu Estate of World Architecture Competition, organizada pela União Internacional dos Arquitetos (UIA). A edificação se localiza em Molewa, China e possui 30.000m². Se inspira em sequencias numéricas encontradas na natureza, origina sua forma de uma seção aura e de um padrão biomimético. O setor comercial tem estrutura pré-moldada de madeira que simula pétalas de orquídeas, que se repetem para formar um volume prismático.

Imagem 02 – Correlato Wooden Orchids



Fonte: Vincent Callebaut Architectures.

A escolha desta obra se deu pelas espessas lajes brancas, que se destacam na fachada, assim como os *brises-soleil* em madeira de tom claro. A inspiração, como da obra anterior, na natureza também foi relevante na escolha.

4.3 MIAMI BEACH SOUNDSCAPE PARK

Miami Beach SoundScape Park (Imagem 03) faz parte do Miami Beach City Centre Redevelopment Plan, um grande parque com 5,86 hectares no coração do distrito de Miami Beach, e foi aberto ao público em 2011. O parque reflete o espírito de Miami Beach e se adequa a vários usos do dia e da noite. Várias pérgolas abraçam as extremidades do parque, sua forma inspirada pelo céu tropical do sul da Flórida. Feitas com estruturas de alumínio pintado, fornecem sombra e estruturam as flores que trazem charme para o parque (WEST8, 2011).

Imagem 03 – Correlato Miami Beach SoundScape Park



Fonte: West8.

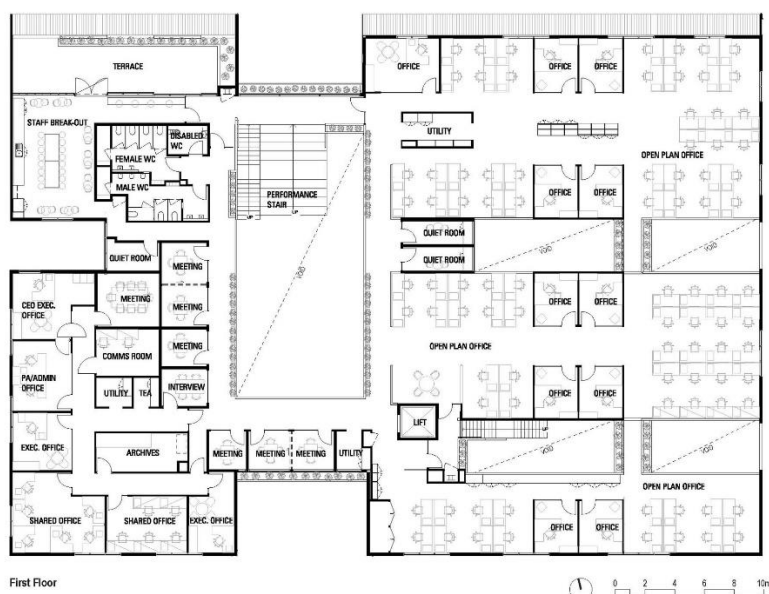
Este correlato se destaca pelas estruturas metálicas, que mesclam formas orgânicas e geométricas e estruturam canteiros de plantas trepadeiras de flores rosas.

4.4 CENTRO MÉDICO DE PRIMEIROS SOCORROS DE BALLARAT

O Centro Médico foi financiado em conjunto ao Governo da Austrália, através do Fundo de Saúde. Se localiza em Lucas VIC, Austrália, possui 2850,0m² e foi finalizado no ano de 2014 pelo escritório DesignInc. A edificação criou uma nova abordagem para oferecer qualidade e cuidados de saúde a preços acessíveis para a comunidade. O conceito foi proporcionar um ambiente saudável e estimulante com base em uma filosofia de vida inspirada nos benefícios

do contato com a natureza. Ambas estratégias foram integradas para se envolver à um nível físico e mental a mensagem de promoção da saúde e de um projeto sustentável (SBEGHEN, 2015). (Imagem 04 e 05)

Imagem 04 – Primeiro pavimento do correlato Centro Médico de Primeiros Socorros de Ballarat



Fonte: Archdaily, 2015.

Imagem 05 – Segundo pavimento do correlato Centro Médico de Primeiros Socorros de Ballarat



Fonte: Archdaily, 2015.

Correlato escolhido pela sua funcionalidade e disposição de ambientes, e também pelo conceito de proporcionar um ambiente saudável e estimulante, inspirado nos benefícios do contato com a natureza.

5 APLICA ÇÃO NO TEMA DELIMITADO

Segundo Silveira (2005, p. 65), apesar dos Centros de Referência em Atendimento a Mulheres serem reconhecidos, menos de 1% dos municípios brasileiros possuem esse serviço.

5.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CIDADE

A proposta da edificação se localiza na cidade de Cascavel – PR, que de acordo com o site do IBGE (2017), possui área territorial de 2.100,831 km² e população estimada em 316.226 habitantes. O site da Prefeitura Municipal (2017), informa o destaque como município-polo da saúde, universidades, serviços e tecnologia. Também se destaca pelas atividades culturais que sedia, como eventos de música, esporte, teatro, arte, cinema, etc.

Ainda segundo a Prefeitura Municipal (2017), em 1930 se deu início ao ciclo da madeira, que consequentemente atraiu famílias dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Colonos alemães, poloneses e italianos formaram a base de etnias populacionais da cidade. E em 14 de novembro de 1952, a cidade ganhou sua emancipação.

De acordo com a Prefeitura Municipal (2014), em 2013 o município assinou o Termo de Adesão ao Programa Mulher, Viver Sem Limites e ao Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Reduzir as estatísticas de agressão, que ocorrem principalmente dentro de casa, é o objetivo principal. E um ano após a essas assinaturas, é apontado município-polo ao se tratar do enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Dias, Feiber, Mukai, e Dias, S. (2005, p.17), citam a cidade como acolhedora, mesmo antes de se tornar um município. Um ótimo adjetivo para se associar a uma edificação que busca acolher seus pacientes, como vimos no capítulo 3 desta monografia.

Imagem 06 – Mapa do Estado do Paraná, delimitando o município de Cascavel.



Fonte: Wikimedia.

5.2 LOCAL DE IMPLANTAÇÃO

O terreno está localizado na região central da cidade de Cascavel, mais especificamente na rua Pedro Ivo, esquina com a Antonina. Para proposta de edificação do Centro de Referência em Atendimento à Mulher, serão unificados os terrenos de número 0007 (14m de testada principal, na rua Antonina) (Anexo I) e 0008 (15,5m de testada principal, na rua Antonina e 40m de testada secundária, na rua Pedro Ivo) (Anexo II), totalizando 1.180m². (Imagem 07 e 08)

Imagem 07 – Vista do terreno e da rua Antonieta



Fonte: Google Maps. Editado pelo autor (2017).

Imagem 08 – Vista do terreno e da rua Pedro Ivo



Fonte: Google Maps. Editado pelo autor (2017).

No entorno existem outras clínicas e hospitais, uma igreja, restaurantes, lojas comerciais, um colégio estadual e a Delegacia de Polícia Federal. Edificações que também podem servir de apoio ao Centro de Referência. (Imagem 09)

Imagem 09 - Entorno



Fonte: Google Maps. Editado pelo autor (2017).

Legenda: ● terrenos 0007 e 0008;

5.3 PARTIDO ARQUITETÔNICO

O Centro de Referência, tem suas referências em obras contemporâneas, e busca remeter a natureza em si e a natureza feminina. Além da função e setorização, busca-se que a edificação traga sensação de conforto e convide a mulher a entrar, a se sentir confortável dentro do ambiente, principalmente por estar em uma situação de dor ou trauma. Ao utilizar, materiais como o vidro e a madeira, formas orgânicas e cores aconchegantes, pretende-se que a edificação por si só acolha e passe confiança para as mulheres assistidas.

5.4 PROGRAMA DE NECESSIDADES

Segundo a Portaria nº 003 (2005, p. 7), devemos tomar como orientação o número de habitantes e a área que a edificação vai atingir na região, para a elaboração do espaço físico, recursos humanos e equipamentos indispensáveis para pleno funcionamento do Centro de Referência.

Para municípios com população acima de 300 mil habitantes, caso de Cascavel, o programa de necessidades mínimo é:

Setor de Apoio às Mulheres;

- Assistente Social (02): 30m²
- Psicóloga (02): 30m²
- Advogada (01): 30m²
- Profissionais da área de Educação ou assemelhados (01): 40m²
- Terapias (02): 30m²
- Banheiro (01): 20m²
- Salas multiuso (02): 50m²
- Brinquedoteca (01): 30m²
- Copa (01): 10m²

Setor de Apoio e Comuns;

- Secretária (01): 25m²
- Recepção (02): 25m²
- Apoio administrativo (01): 30m²
- Sala de Reunião (01): 40m²
- Auxiliar de serviços gerais (03 a 05): 30m²
- Segurança (01): 20m²
- Garagem (01): 20m²
- Almoxarifado/Depósito (01): 15m²
- Banheiro (01): 20m²
- Copa (01): 10m²

Setor Comum;

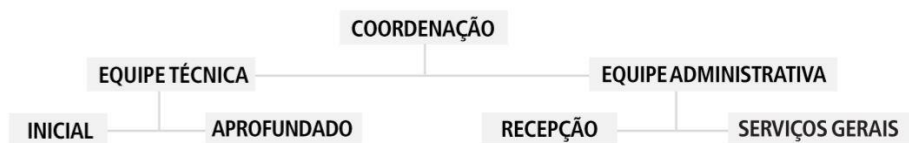
- Restaurante (01): 80m²
- Área de convivência (01): 80m²

5.5 ORGANOGRAMA

O organograma da Norma Técnica de Uniformização disponibilizado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (2006, p. 32), prevê a seguinte organização de setores (Organograma 1):

Organograma 1 – Organograma de setorização.

Organograma



Fonte: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (2006, p. 32).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a pesquisa dentre os quatro pilares da arquitetura retoma ensinamentos do início do curso de formação, e nos faz entender a importância de todos eles. Tornam-se um conjunto indispensável no momento de projetar uma edificação.

Nas Histórias e Teorias, relembramos o início na história da arquitetura brasileira, nas primeiras épocas da colonização portuguesa até o momento atual, contemporâneo. A colonização que trouxe para o Brasil seu povo, costumes, técnicas construtivas e os famosos azulejos portugueses brancos e azuis, ao mesmo tempo também escravizava negros e indígenas e pregava a segregação de mulheres. Vemos então, o início da discriminação e banalização do sexo feminino no Brasil. Já nas teorias, concluímos que a arquitetura como arte se expressa por sua forma plástica, quando nos permite sentir diversas emoções, e por sua função, que não deixa de ser menos importante, já que a edificação necessita abrigar uma atividade e representa-la para o entorno.

Já nas Metodologias de Projetos, o trabalho apresentou o processo de projeto, aliando-se principalmente com a arquitetura sustentável. Também foi apresentado o trabalho de arquitetos paisagistas e sua importância no meio urbano. Durante o texto, várias técnicas que devem ser levadas em consideração no momento inicial do projeto de arquitetura foram expostas e se pretende coloca-las em prática no projeto do Centro de Referência em Atendimento à Mulher em Cascavel – PR

No pilar de Urbanismo e Planejamento Urbano, neste trabalho, foram apresentadas as ideias principais de alguns autores sobre o urbanismo e seu importante papel na sociedade, visando e evidenciando sempre a qualidade de vida e justiça social.

Nas Tecnologias da Construção, são informadas as maneiras de projetar, sempre evidenciando o conforto das edificações, sempre levando em consideração princípios do conforto para que o usuário se sinta sempre confortável. E também apresentada a importância da estrutura na arquitetura e o quando a mesma deve ser pensada sempre como um conjunto da arquitetura e jamais de forma distinta.

Nas Aproximações Teóricas, foram apresentados dados nacionais e internacionais, sobre violência contra mulheres, convenções e instrumentos que deram início as políticas de enfrentamento a violência. O conceito das redes de atendimento, o problema de grande complexidade da violência e como ela se estrutura na sociedade, a relevância dos Centros de

Referência em Atendimento a Mulheres, como o serviço prestado a edificação trará mudanças nas vidas das mulheres, e suas principais diretrizes.

Já no capítulo seguinte, apresenta-se as obras que servirão como base e inspiração para elaboração deste projeto, juntamente com o porquê de terem sido escolhidas. No último, porém não menos importante, mostra-se a cidade escolhida para sediar o Centro de Referência, os lotes que serão unificados, o entorno e como ele influenciará na edificação.

Para concluir esse trabalho, retoma-se o problema indagado no início da pesquisa, que consistem em como projetar uma edificação que trará benefícios efetivos a vida das mulheres que frequentem o local. Se o projeto se basear nas diretrizes e normas regulamentadoras encontradas, nas noções de conforto e teorias da arquitetura, é possível atestar a hipótese proposta, ou seja, a edificação trará melhor qualidade de vida e conscientização para as mulheres.

REFERÊNCIAS

ARNHEIM, Rudolf. **Arte e Percepção Visual**: Uma Psicologia da Visão Criadora – nova versão. Tradução de Terezinha de Faria. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

BENEVOLO, Leonardo. **A Cidade e o Arquiteto**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.

BORGES, Alberto Campos. **Topografia Aplicada a Engenharia Civil**. São Paulo: Edgard Blücher, 1977.

BRASIL. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher**. Belém do Pará: 1994. Disponível em <<https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/m.Belem.do.Para.htm>> Acesso em: Maio de 2017.

BRASIL. **Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher** – CEDAW. 1979. Disponível em <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf> Acesso em: Maio de 2017.

BRASIL. **Declaração e Programa de Ação de Viena**. Plenário da Conferência Mundial dos Direitos Humanos, em 25 de junho de 1993. Disponível em <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/declaracao-programa-acao-viena-1993>> Acesso em: Maio de 2017.

BRASIL. **Diretrizes Gerais e Protocolos de Atendimento**. Programa Mulher, Viver Sem Violência. Casa da Mulher Brasileira. 2015. Disponível em <<http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/diretrizes-gerais-e-protocolo-de-atendimento-cmb.pdf>> Acesso em: Maio de 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Norma Técnica: Atenção Humanizada Às Pessoas Em Situação De Violência Sexual Com Registro De Informações E Coleta De Vestígios**. 1ed. Brasília: 2015. Disponível em <http://www.hc.ufpr.br/arquivos/07566_norma_atendimento_vs_2015.pdf> Acesso em: Maio de 2017.

BRASIL. **Norma Técnica de Uniformização**: Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília: 2006. Disponível em <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/norma-tecnica-de-uniformizacao-centros-de-referencia-de-atendimento-a-mulher-em-situacao-de-violencia/view>> Acesso em: Maio de 2017.

BRASIL. A Secretária Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. **Portaria nº 003**, de 24 de Março de 2005. Brasília, 18 de março de 2005. Disponível em

<http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/.arquivos/tr_centro_referencia_2005_integra/view> Acesso em: Maio de 2017.

BRASIL. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as mulheres.** Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. Brasília: 2011. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>> Acesso em Maio de 2017.

BRASIL. **Termo de Referência:** Enfrentamento da Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres. 2010. Disponível em <<http://www.spm.gov.br/assuntos/ouvidoria-da-mulher/pacto-nacional/tr-enfrentamento-da-violencia-contra-a-mulher.pdf>> Acesso em: Maio de 2017.

BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil.** 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CAVALCANTI, Lauro. **Quando o Brasil Era Moderno:** guia de Arquitetura 1928-1960. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

CARVALHO, Antônio Pedro Alves de. **Arquitetura de Unidades Hospitalares.** Salvador: FAUFBA, ARQSAUDE/GEA-hosp, ISC, 2004.

CHING, Francis D. K. **Arquitetura:** Forma, Espaço e Ordem. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CHING, Francis D.K.; JUROSZEK, Steven P. **Representação Gráfica para Desenho e Projeto.** Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

CHING, Francis D. K.; ADAMS, Cassandra. **Técnicas de Construção Ilustradas.** Porto Alegre: Bookman, 2001.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo.** 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

COLIN, Silvio. **Uma Introdução à Arquitetura.** Rio de Janeiro: UAPÊ, 2000.

CORBELLA, Oscar.; YANNAS, Simos. **Em Busca de uma Arquitetura Sustentável para os Trópicos – Conforto Ambiental.** Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CORBUSIER, Le. **Urbanismo.** 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000a.

CORBUSIER, Le. **Planejamento Urbano.** 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 2000b.

CORBUSIER, Le. **Por uma Arquitetura.** 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

CÔRTEZ, Gisele Rocha. LUCIANO, Maria Cristiana Félix. DIAS, Karla Cristina Oliveira. **A informação no enfrentamento à violência contra mulheres**: Centro de Referência da Mulher “Ednalva Bezerra”: relato de experiência. João Pessoa: 2011. Disponível em <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/viewFile/281/125>> Acesso em: Maio de 2017.

CROCKETT, Lauren. Aedas divulga projeto para o novo Shenzhen Luoho Friendship Trading Centre. 2016. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/798321/aedas-divulga-projeto-para-o-novo-shenzhen-luoho-friendship-trading-centre>> Acesso em: Maio de 2017.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

DIAS, Caio Smolarek; FEIBER, Fúlvio Natércio; MUKAI, Hitomi; DIAS, Solange Irene. Cascavel: Um Espaço no Tempo. A história do planejamento urbano. Cascavel: Sintagma Editores, 2005.

DIAS, Luís Andrade De Mattos. **Estruturas de Aço**: Conceitos, Técnicas e Linguagem. São Paulo: Zigurate Editora, 1997.

ENGEL, Heino. **Sistemas Estruturais**. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

FARAH, Ivete.; SCHLEE, Mônica Bahia.; TARDIN, Raquel. **Arquitetura Paisagística Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Senac São Paulo, 2010.

FROTA, Anésia Barros.; SCHIFFER, Sueli Ramos. **Manual de Conforto Térmico**. 8.ed. São Paulo: Studio Nobel, 2003.

GIDEON, S. Prefácio do livro **Arquitetura Moderna no Brasil**. MINDLIN, Henrique E. 2.ed. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora/IPHAN, 2000.

GIERMANN, Holly. Vincent Callebaut propõe um shopping na China inspirado na geometria de uma flor. 2015. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/768146/vincent-callebaut-propoe-um-shopping-na-china-inspirado-na-geometria-de-uma-flor>> Acesso em: Maio de 2017.

HERTZ, John. **Ecotécnicas em Arquitetura**: Como Projetar nos Trópicos Úmidos do Brasil. São Paulo: Pioneira, 1998.

IBGE. Informações sobre Cascavel – PR. 2017. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=410480>> Acesso em: Maio de

2017.IIDA, Itiro. **Ergonomia: Projeto e Produção**. São Paulo: Editora Edgard Blücher Ltda, 2003.

KROEMER, K. H. E.; GRANDJEAN, E. **Manual de Ergonomia: Adaptando o Trabalho ao Homem**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

LAMBERTS, Roberto.; DUTRA, Luciano.; PEREIRA, Fernando O. R. **Eficiência Energética na Arquitetura**. 2.ed. São Paulo: ProLivros, 2004.

LEMOES, Carlos Alberto Cerqueira. **Transformações do espaço habitacional ocorridas na arquitetura brasileira do século XIX**. In: Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material. São Paulo: Museu Paulista, 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v1n1/a09v1n1.pdf>> Acesso em: Março de 2017.

MINDLIN, Henrique E. **Arquitetura Moderna no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora/IPHAN, 2000.

NETTO, J. Teixeira Coelho. **A Construção do Sentido na Arquitetura**. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

NEUFERT, Peter.; NEFF, Ludwig. **Casa – Apartamento – Jardim: Projetar com conhecimento, construir corretamente**. 1.ed. Barcelona, 1999.

NIEMEYER, Oscar. **A Forma na Arquitetura**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

OLIVEIRA, Michele Ribeiro de.; VIEIRA, Maria do Socorro de Souza.; SOUZA, Renata Lígia Rufino Neves de. **Análise do Centro de Referência da Mulher à Luz Usuárias em Situação de Violência: Um Estudo em João Pessoa/PB**. João Pessoa, 2011. Disponível em <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/QUESTOES_DE_GENERO_ETNIA_E_GERACAO/ANALISE_DO_CENTRO_DE_REFERENCIA_DA_MULHER_A_LUZ_USUARIAS_EM_SITUACAO_DE_VIOLENCIA.pdf> Acesso em: Março de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL. **História**. Cascavel: 2017. Disponível em: <<http://www.cascavel.pr.gov.br/historia.php>> Acesso em: Maio de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL. **Violência contra a Mulher: Fórum reúne 600 pessoas de 36 municípios**. Cascavel: 2014. Disponível em: <<http://www.cascavel.pr.gov.br/noticia.php?id=24848>> Acesso em: Maio de 2017.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. 10.ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

ROAF, Sue. **A Adaptação de Edificações e Cidades às Mudanças Climáticas**: um guia de sobrevivência para o século XXI. Porto Alegre: Bookman, 2009.

ROCHA, Paulo Mendes Da. **América, Cidade e Natureza**. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.

RUIZ, João Alvaro. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. 5.ed.; São Paulo: Atlas, 2002.

SBEGHEN, Camilla. Centro Médico de Primeiros Socorros de Ballarat / DesignInc 2015. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/774665/centro-medico-comunitario-ballarat-designinc>> Acesso em: Maio de 2017.

SILVEIRA, Lenira Politano da. **Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência**. Rio de Janeiro: Advocacia Cidadã pelos Direitos Humanos, 2005. Disponível em <<http://www.observatoriodeseguranca.org/files/lenirapdf.pdf>> Acesso em: Maio de 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes De. **Mudar a Cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

UNICEF. Seção de Gênero, Direitos e Responsabilidade Cidadã, Divisão de Políticas e Práticas. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres**: em Resumo para Adolescentes. Nova Iorque: 2011. Disponível em <<https://www.unicef.org/brazil/pt/CEDAWAdolescentes.pdf>> Acesso em: Maio de 2017.

VIDAL, Ana.; PIMENTA, Célio.; SANT`ANNA, Silvio. **Vila Barulho D`água**: Um Caso de Arquitetura Sustentável. São Paulo: PróLivros, 2005.

WATERMAN, Tim. **Fundamentos de Paisagismo**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

WEST8. Disponível em: <http://www.west8.nl/projects/miami_beach_soundscape/> Acesso em: Maio de 2017.

Anexo I – Consulta Prévia terreno 0007

Anexo II – Consulta Prévia terreno 0008



Geo Cascavel

MUNICÍPIO DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

CONSULTA DE VIABILIDADE
EDIFICAÇÃO

INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	NÚMERO DA CONSULTA	DATA
126087000	15528/2017	18/05/2017

DADOS CADASTRAIS

Lote: 0007	Quadra: 0019	Área do Lote(m²): 560.0
Loteamento: BOA VISTA VILA	Bairro: CENTRO LOTEAMENTO	
Logradouro: ANTONINA	Número: 1567	
Testada Principal (m)	Testada Secundária (m)	
14.0	-	

MAPA DE ZONEAMENTO

ZEA 1 - Centro 2



SEM ESCALA

INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	NÚMERO DA CONSULTA	DATA
126087000	15528/2017	18/05/2017

PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO

-	Zona	Área (%)	Área (m²)	TO. Máx. (%)	TP. Mín. (%)	
	ZEI 1 - Centro 2	100.00	560.0000	70 (*11) (*22)	20 (*10)	
-	Zona	R. Fron. Mín. (m)	C.A. Mín.	C.A. Bas	C.A. Máx.	Atividades Permitidas
	ZEI 1 - Centro 2	3 (*4)	0,3 (*1)	5	7 (*2) (*23)	(II) - [NR5, NR6, R2, R3, R1, NR1, NR2, NR3]
-	Zona	Altura Máx. (m)	R. Lat/Fun.Min. (h/x)	Quota Min./Eco. (m²)	Quota Mín./Res. (m²)	
	ZEI 1 - Centro 2	- (*3)	h/20 (*5)	-	- (*7) (*18)	

OBSERVAÇÕES

(II) - Conforme Tabela 2 do Anexo II da Lei de Uso do Solo

(*1) - Não será exigido o atendimento ao Coeficiente de Aproveitamento Mínimo para fins de licenciamento de edificações junto ao Município, sendo sua aplicação relacionada ao Art. 12 do Plano Diretor e à lei municipal específica que trata dos Instrumentos da Política Urbana.

(*2) - O Coeficiente de Aproveitamento Máximo é aplicável mediante a utilização do instrumento da Outorga Onerosa do Direito de Construir, exceto nos casos regulamentados nesta e na lei específica.

(*3) - Respeitado o disposto no Art. 36, parágrafo único desta lei. "Art. 36: A altura das edificações não constitui característica homogênea de determinada Zona e varia segundo a ocorrência dos Parâmetros de ocupação do lote, especialmente para controle das condições de salubridade no meio urbano, respeitada a relação entre afastamento das divisas e a altura da edificação." Parágrafo Único: A altura máxima da edificação deverá obedecer a legislação pertinente referente ao plano da zona de proteção dos Aeródromos.

(*4) - Poderá ser exigido Recuo Frontal Mínimo diferenciado quando necessário para ajustar as dimensões das vias marginais, arteriais e coletoras em conformidade com o Plano Municipal Viário e de Transportes. Em todos os casos atender limite de áreas não edificáveis definidos na lei de Parcelamento do Solo.

(*5) - Independentemente da existência de aberturas para iluminação e ventilação nas paredes externas da edificação, é obrigatório o recuo lateral estabelecido, o qual respeitará o limite mínimo de 1,5 metros e não será exigido até a altura de 7,5 metros contados a partir do nível do terreno circundante, ressalvadas as disposições do Código de Obras do Município.

(*6) - Havendo ponto de estrangulamento no lote, deverá permitir passagem com largura mínima igual ou superior a 2/3 da Testada Mínima.

(*7) - A fração obtida no cálculo do número de economias em função da Quota Mínima será arredondada para maior quando o resultado for igual ou superior a 0,6.

(*10) - Serão admitidas soluções alternativas para garantir a Taxa de Permeabilidade Mínima exigida até a metade da área prevista, devendo, neste caso, a outra metade constituir área permeável de terreno, salvo na ZEI 1 Centro 1 onde poderá a totalidade da área permeável ser em soluções alternativas.

(*11) - A Taxa de Ocupação poderá chegar a 80% considerada a observação: (Serão admitidas soluções alternativas para garantir a Taxa de Permeabilidade Mínima exigida até a metade da área prevista, devendo, neste caso, a outra metade constituir área permeável de terreno, salvo na ZEI 1 - Centro 1 onde poderá a totalidade da área permeável ser em soluções alternativas). Exceto nas áreas dentro da Bacia do Rio Cascavel

(*18) - Nas edificações residenciais em série a Quota Mínima de terreno será de 125 m² por unidade.

(*22) - Nas áreas de ZEI -1, quando na Bacia do Rio Cascavel, deverão utilizar mecanismos para retenção hídrica na metade da área da taxa de ocupação utilizada, com o objetivo de recarga no lençol freático.

(*23) - Para ZEI - 1 na Bacia de abastecimento manter o coeficiente de aproveitamento básico 3 e possibilidade de atingir 7 com outorga onerosa.

ATENÇÃO:

Formulário informativo para elaboração de projeto. Não dá direito de construir.

A manifestação da SEPLAN restringe-se a análise da Lei Municipal de Uso do Solo nº 6.696/2017, havendo alteração desta, a presente consulta estará automaticamente cancelada.

Em caso de dúvidas ou divergência nas informações impressas, valem as informações atualizadas do Lote, bem como a Legislação vigente.

Nos lotes atingidos parcialmente pela Zona de Fragilidade Ambiental Urbana - Subzona de Proteção, poderá ser computado para o cálculo do C.A. Bás. a área total do imóvel, devendo a edificação ser implantada totalmente dentro da zona edificável do lote.

Início da obra somente após a expedição do Alvará de Construção. O estabelecimento deve atender as normas de acessibilidade, conforme disposto no art. 11, do Decreto Federal 5.296/2004 em conformidade com a NBR 9050/2015. O deferimento da consulta não concede o uso da propriedade e o direito de iniciar as atividades sem o devido alvará de estabelecimento.

Em caso de Condomínio Edifício acima de 20 unidades, o interessado deverá protocolar solicitação de diretrizes básicas.

As calçadas devem atender o disposto na Lei Municipal nº 5774/2011 - Programa: 'CALÇADAS DE CASCAVEL'.

As vagas de estacionamento deverão ser atendidas conforme anexo IV da Lei Municipal de Uso do Solo nº 6.696/2017. Para Consulta de Edificação de lotes que não constam no GeoCascavel, entrar em contato com a Secretaria de Planejamento e Urbanismo.



Geo Cascavel

MUNICÍPIO DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

CONSULTA DE VIABILIDADE
EDIFICAÇÃO

INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	NÚMERO DA CONSULTA	DATA
126088000	15529/2017	18/05/2017

DADOS CADASTRAIS

Lote: 0008	Quadra: 0019	Área do Lote(m²): 620.0
Loteamento: BOA VISTA VILA	Bairro: CENTRO LOTEAMENTO	
Logradouro: ANTONINA	Número: 1553	
Testada Principal (m)		Testada Secundária (m)
15.5		40.0

MAPA DE ZONEAMENTO

ZEA 1 - Centro 2



SEM ESCALA

INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	NÚMERO DA CONSULTA	DATA
126088000	15529/2017	18/05/2017

PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO

-	Zona	Área (%)	Área (m²)	TO. Máx. (%)	TP. Mín. (%)	
	ZEA 1 - Centro 2	100.00	620.0000	70 (*11) (*22)	20 (*10)	
-	Zona	R. Fron. Mín. (m)	C.A. Mín.	C.A. Bas	C.A. Máx.	Atividades Permitidas
	ZEA 1 - Centro 2	3 (*4)	0,3 (*1)	5	7 (*2) (*23)	(II) - [NR5, NR6, R2, R3, R1, NR1, NR2, NR3]
-	Zona	Altura Máx. (m)	R. Lat/Fun.Min. (h/x)	Quota Min./Eco. (m²)	Quota Mín./Res. (m²)	
	ZEA 1 - Centro 2	- (*3)	h/20 (*5)	-	- (*7) (*18)	

OBSERVAÇÕES

(II) - Conforme Tabela 2 do Anexo II da Lei de Uso do Solo

(*1) - Não será exigido o atendimento ao Coeficiente de Aproveitamento Mínimo para fins de licenciamento de edificações junto ao Município, sendo sua aplicação relacionada ao Art. 12 do Plano Diretor e à lei municipal específica que trata dos Instrumentos da Política Urbana.

(*2) - O Coeficiente de Aproveitamento Máximo é aplicável mediante a utilização do instrumento da Outorga Onerosa do Direito de Construir, exceto nos casos regulamentados nesta e na lei específica.

(*3) - Respeitado o disposto no Art. 36, parágrafo único desta lei. "Art. 36: A altura das edificações não constitui característica homogênea de determinada Zona e varia segundo a ocorrência dos Parâmetros de ocupação do lote, especialmente para controle das condições de salubridade no meio urbano, respeitada a relação entre afastamento das divisas e a altura da edificação." Parágrafo Único: A altura máxima da edificação deverá obedecer a legislação pertinente referente ao plano da zona de proteção dos Aeródromos.

(*4) - Poderá ser exigido Recuo Frontal Mínimo diferenciado quando necessário para ajustar as dimensões das vias marginais, arteriais e coletoras em conformidade com o Plano Municipal Viário e de Transportes. Em todos os casos atender limite de áreas não edificáveis definidos na lei de Parcelamento do Solo.

(*5) - Independentemente da existência de aberturas para iluminação e ventilação nas paredes externas da edificação, é obrigatório o recuo lateral estabelecido, o qual respeitará o limite mínimo de 1,5 metros e não será exigido até a altura de 7,5 metros contados a partir do nível do terreno circundante, ressalvadas as disposições do Código de Obras do Município.

(*6) - Havendo ponto de estrangulamento no lote, deverá permitir passagem com largura mínima igual ou superior a 2/3 da Testada Mínima.

(*7) - A fração obtida no cálculo do número de economias em função da Quota Mínima será arredondada para maior quando o resultado for igual ou superior a 0,6.

(*10) - Serão admitidas soluções alternativas para garantir a Taxa de Permeabilidade Mínima exigida até a metade da área prevista, devendo, neste caso, a outra metade constituir área permeável de terreno, salvo na ZEA 1 Centro 1 onde poderá a totalidade da área permeável ser em soluções alternativas.

(*11) - A Taxa de Ocupação poderá chegar a 80% considerada a observação: (Serão admitidas soluções alternativas para garantir a Taxa de Permeabilidade Mínima exigida até a metade da área prevista, devendo, neste caso, a outra metade constituir área permeável de terreno, salvo na ZEA 1 - Centro 1 onde poderá a totalidade da área permeável ser em soluções alternativas). Exceto nas áreas dentro da Bacia do Rio Cascavel

(*18) - Nas edificações residenciais em série a Quota Mínima de terreno será de 125 m² por unidade.

(*22) - Nas áreas de ZEA -1, quando na Bacia do Rio Cascavel, deverão utilizar mecanismos para retenção hídrica na metade da área da taxa de ocupação utilizada, com o objetivo de recarga no lençol freático.

(*23) - Para ZEA - 1 na Bacia de abastecimento manter o coeficiente de aproveitamento básico 3 e possibilidade de atingir 7 com outorga onerosa.

ATENÇÃO:

Formulário informativo para elaboração de projeto. Não dá direito de construir.

A manifestação da SEPLAN restringe-se a análise da Lei Municipal de Uso do Solo nº 6.696/2017, havendo alteração desta, a presente consulta estará automaticamente cancelada.

Em caso de dúvidas ou divergência nas informações impressas, valem as informações atualizadas do Lote, bem como a Legislação vigente.

Nos lotes atingidos parcialmente pela Zona de Fragilidade Ambiental Urbana - Subzona de Proteção, poderá ser computado para o cálculo do C.A. Bás. a área total do imóvel, devendo a edificação ser implantada totalmente dentro da zona edificável do lote.

Início da obra somente após a expedição do Alvará de Construção. O estabelecimento deve atender as normas de acessibilidade, conforme disposto no art. 11, do Decreto Federal 5.296/2004 em conformidade com a NBR 9050/2015. O deferimento da consulta não concede o uso da propriedade e o direito de iniciar as atividades sem o devido alvará de estabelecimento.

Em caso de Condomínio Edifício acima de 20 unidades, o interessado deverá protocolar solicitação de diretrizes básicas.

As calçadas devem atender o disposto na Lei Municipal nº 5774/2011 - Programa: 'CALÇADAS DE CASCABEL'.

As vagas de estacionamento deverão ser atendidas conforme anexo IV da Lei Municipal de Uso do Solo nº 6.696/2017. Para Consulta de Edificação de lotes que não constam no GeoCascavel, entrar em contato com a Secretaria de Planejamento e Urbanismo.